

ATA NÚMERO 252/XII/4.ª SL

9.junho.2015 – 15h00

Aos 9 dias do mês de junho de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP), sobre a transição de docentes para a carreira docente no ensino superior - 15h00

5. Petição n.º 517/XII/4ª da iniciativa de Arnaldo Vitor Castro Beleza Reis que Solicita medidas de proteção para os cidadãos que visitam monumentos como muralhas de castelos ou fortes de Portugal.

- **Apreciação da nota da admissibilidade**
- **Deputado(a) relator(a): PS**

6. Petição n.º 521/XII/4ª da iniciativa do Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades – SPLIU que Solicitam a criação de um regime especial de aposentação para os educadores de infância e professores dos Ensinos Básico e Secundário.

- **Apreciação da nota da admissibilidade**
- **Deputado(a) relator(a): PSD**

7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição do Secretário de Estado da Cultura, com o sentido de obter esclarecimentos sobre o processo relativo ao concurso de apoio direto às artes, anual e bienal, de 2015.

- **Apreciação e votação**

8. Projeto de Resolução n.º 1431/XII/4ª, BE, Recuperação urgente da Mata do Buçaco e a sua valorização para o reconhecimento enquanto Património Mundial da Humanidade

- **Discussão**

9. Projeto de Resolução n.º 1486/XII/4ª, PS, Recomenda ao Governo a intervenção urgente na recuperação e valorização da Mata do Buçaco e seu património arquitetónico, tendo em vista o seu reconhecimento como património mundial da humanidade

- **Discussão**

10. Projeto de Resolução n.º 1510/XII/4ª, PSD e CDS-PP, Recomenda ao Governo a intensificação e prossecução da recuperação e valorização da Mata Nacional do Buçaco e do seu património, com vista ao seu futuro reconhecimento como Património Mundial da UNESCO

- **Discussão**

11. Projeto de Resolução n.º 1480/XII, PS, Recomenda ao Governo a implementação de uma estratégia de reforço da promoção de hábitos culturais entre os jovens

- **Discussão**

12. Projeto de Resolução n.º 1485/XII, PCP, Propõe o prolongamento do regime transitório para a conclusão da obtenção do grau de doutor e contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público.

- **Discussão**

13. Projeto de Resolução n.º 1507/XII, BE, Recusa a concessão das Pousadas da Juventude

- **Discussão**

14. Projeto de Resolução n.º 1509/XII, PCP, Recomenda ao Governo que assegure a gestão pública das Pousadas da Juventude

- **Discussão**

15. Projeto de Resolução n.º 1453/XII/4ª – “Institui o Dia Nacional da Gastronomia”

- **Discussão**

16. Outros assuntos

17. Data da próxima reunião

16 de junho de 2015

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Os Deputados do BE e o do PS tinham solicitado a inclusão na Ordem do Dia da discussão dos respetivos Projetos de Resolução n.ºs 1512/XII e 1521/XII, que tinham baixado naquele dia à Comissão, por arrastamento com o Projeto de Resolução n.º 1485, do PCP (ponto 12 da OD).

No entanto, dado que os Deputados do PSD e do CDS-PP informaram que também iriam apresentar um Projeto de Resolução sobre a mesma matéria, foi consensualizado adiar a discussão de todos Projetos de Resolução para a reunião seguinte.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Nessa sequência, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV.

2. Aprovação de ata

A ata n.º 251/XII, da reunião de 2 de junho de 2015, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Calendário de apreciação do Projeto de Lei n.º 889/XII, Alteração da Lei Antidopagem

O Presidente da Comissão informou que o Deputado Laurentino Dias (PS) tinha solicitado que o prazo de apresentação das propostas de alteração em relação ao P.J.L. 889/XII, Alteração da Lei Antidopagem, fosse adiado uma semana, passando para 12 de junho (6.ª feira) e o mapa comparativo fosse distribuído no dia 15 (2.ª feira), mantendo-se a votação da iniciativa no dia 16 de junho, numa reunião do GT Desporto às 11h e na reunião da Comissão às 15h. Assim, foi consensualizado alterar o calendário nos termos solicitados.

3.2 Pedidos de audiência

Foi dada indicação do pedido de audiência das entidades abaixo referidas e da sua distribuição:

- 3.2.1.** Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte e a Comissão de Trabalhadores da Movijovem, para equacionar a concessão por parte do Governo da gestão de 25 pousadas de juventude, das 40 existentes, e a liquidação da Movijovem.

A audiência será presidida por um Deputado do PSD.

- 3.2.2.** Associação 8 Séculos de Língua Portuguesa, para apresentar um balanço das Comemorações e darem conhecimento do envolvimento de diversas instituições reconhecidas e da riqueza de todo o processo, que contribuiu para promover a nossa língua.

A audiência será presidida por um Deputado do PSD.

- 3.2.3.** Associação LEQUE, para apresentação do projeto EKUI Cards – Equidade, Universalidade e Inclusão, 1ª linha de material lúdico/didático inclusivo em Portugal.

A audiência será assegurada pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial.

3.3. Livro sobre o Ciclo de conferências José Leite de Vasconcelos, da iniciativa do Museu Nacional de Arqueologia e da AR



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Presidente informou que no seguimento das várias conferências realizadas na AR, estava em fase terminal de execução um livro sobre as mesmas e projetava-se que se pudesse fazer a sua apresentação na 3ª semana de Setembro (ainda nesta legislatura), na AR. Não se registaram quaisquer intervenções.

3.4. Relatório de audiências/audições

Tendo sido referenciada a distribuição dos relatórios das audiências concedidas à Associação de Ginásios de Portugal – AGAP (Grupo de Trabalho do Desporto), à Associação Nacional de Professores de Português – ANPROPORT e a representantes do “Projeto SOS Azulejo” e questionado se havia propostas de alterações, não se registou nenhuma intervenção.

3.5. Proposta do BE de pedido de esclarecimento da Comissão de Educação, Ciência e Cultura ao Governo

Dado que inúmeros docentes tinham vindo a indicar que as respetivas instituições tinham entendimentos diferentes em relação a 5 situações previstas no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, o BE apresentou uma proposta de pedido de esclarecimento ao Governo sobre o entendimento que tinha sobre a matéria e de divulgação da mesma às instituições.

Nesta sequência, o Deputado Duarte Marques (PSD) propôs algumas alterações, tendo-se consensualizado um texto de pedido de esclarecimento.

3.6. Pedido da Universidade de Évora para realização de uma Exposição

Na sequência da apreciação, na reunião anterior, do pedido da Universidade de Évora para realização de uma exposição no Parlamento, de âmbito cultural, sobre a poetisa Florbela Espanca, intitulada “Os Espancas - Histórias de uma Família Singular”, a ter lugar no 1.º trimestre de 2016, já na próxima legislatura, o Presidente informou que tinha equacionado a matéria com o Secretário Geral da Assembleia que tinha concordado com a resposta afirmativa.

Assim, foi consensualizado dar acordo à realização da Exposição e transmitir essa posição, com a indicação de que os contactos na nova legislatura seriam feitos com a Comissão que tivesse competência na matéria.

3. Audição do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP), sobre a transição de docentes para a carreira docente no ensino superior - 15h00

A delegação do Sindicato era composta pelos Professores Doutores António Vicente, Gonçalo Leite Velho, Raul Santos Jorge e José Moreira.

Os responsáveis do Sindicato referiram a importância do evento entre docentes e Deputados que tinha ocorrido na Assembleia da República no dia 29 de maio e indicaram depois as questões que estavam em causa, tendo realçado, em síntese, o seguinte:

1. Há docentes do ensino superior com contratos a termo que correspondem a necessidades permanentes, verificando-se que 42% dos docentes tem vínculo precário, 55% no ensino politécnico e 35% no universitário;
2. O regime específico das carreiras e a autonomia das instituições não podem justificar a impossibilidade de cumprimento da diretiva comunitária, a qual estabelece que aqueles contratos não podem exceder 3 anos;
3. Não se prevê a redução de alunos nos próximos anos e em contrapartida estima-se que 9% dos docentes, cerca de 2.150, se aposente nos próximos anos, atenta a elevada faixa etária dos mesmos;
4. Vários Professores dos Institutos Politécnicos abrangidos pelo regime de transição tiveram de pagar propinas para o doutoramento e não beneficiaram de redução do horário de aulas que lecionavam, contrariamente ao que estava previsto naquele regime, pelo que ainda não concluíram o doutoramento;
5. Também há docentes que já concluíram o doutoramento, mas em 2009 só tinham 4 anos como docentes, pelo que não podem beneficiar do regime de transição;
6. Assim, pediram o alargamento do regime transitório;
7. A vinculação dos docentes tem um custo 0, sendo que os mesmos já estão nas instituições;
8. Estimaram que o regime transitório extraordinário geraria mais 1.000€ por docente, representando um incremento de 1,7% na massa salarial, tendo referido que a aplicação não seria feita para todos os docentes ao mesmo tempo, pelo que estimavam um incremento de cerca de 0,5% na massa salarial;
9. Também há efeitos a nível do ensino universitário;
10. Verifica-se um problema grave de financiamento das instituições, tendo referido as dificuldades de avaliação dos centros de investigação e enfatizado a dificuldade de manter a investigação;
11. O problema afeta cerca de 1.000 docentes do ensino superior e não tem impacto financeiro.

Interveio depois o Deputado Duarte Marques (PSD), referindo que a Lei de 2010 tinha resolvido muitos problemas, mas ainda tinha deixado alguns sem solução. Informou depois que para o PSD era difícil estender o período de transição.

Indicou ainda que o BE tinha apresentado uma proposta de pedido de esclarecimento ao Governo e o PSD tinha proposto umas alterações, mas que entendia que chegariam a acordo. Por último, referiu que o Estado não tinha permitido que os docentes fizessem o doutoramento, por lhe ter exigido o pagamento de propinas e não lhe ter permitido a redução do horário de aulas que lecionavam e manifestou a esperança de que a curto prazo conseguissem encontrar uma solução.

O Deputado Pedro Delgado Alves (PS) referiu que se verificavam muitos problemas no ensino superior, realçando a precariedade laboral e as dificuldades de transição, tendo manifestado compreensão em relação às dificuldades das instituições.

Acrescentou ainda que o PS tinha apresentado um Projeto de Resolução para resolver 4 situações equacionadas pelos docentes e defendeu que os casos de impossibilidade de conclusão do doutoramento justificavam o alargamento do prazo de transição.

Por último, defendeu que a transposição da diretiva comunitária não constringia a autonomia das instituições e realçou que muitas situações não tinham impacto orçamental.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que as alterações legislativas de 2010 tinham sido importantes para a qualificação dos docentes e realçou que os Politécnicos tinham um corpo docente mais jovem. Enfatizou depois que a efetivação de docentes podia fazer diferença em algumas instituições, que tivessem de recrutar docentes no mercado.

Por último, pediu a posição do Sindicato em relação à possibilidade de transferência dos docentes para outras instituições.

A Deputada Rita Rato (PCP) considerou inaceitável que se tivesse verificado o incumprimento da lei. Informou depois que tinham apresentado em 22/5 um Projeto de Resolução que concretizava soluções e tinham naquele próprio dia acedido ao adiamento da sua discussão para a reunião seguinte, conjuntamente com iniciativas dos outros Grupos Parlamentares. Referiu depois que o pedido de esclarecimentos ao Ministro da Educação e Ciência não resolvia os problemas.

Realçou ainda o recurso ilegal à precariedade e a necessidade de criar vínculos seguros para os docentes que davam resposta a necessidades permanentes. Por fim, referiu que o Governo tinha agravado o sistema binário e estabelecido diferenciação no financiamento.

O Deputado José Soeiro (BE) saudou o Sindicato e a sua atuação, enfatizou o subfinanciamento crónico das instituições, a precariedade do corpo docente e o seu envelhecimento e defendeu que devia ser aplicada a diretiva comunitária para vinculação dos docentes.

Referiu depois que o BE preferia que se prolongasse o regime transitório e o Governo ficasse obrigado a cumprir a isenção de propinas e a redução do horário de funções letivas dos docentes. Por último, referiu que o BE tinha apresentado um Projeto de Resolução sobre a matéria e uma proposta de pedido de esclarecimentos da Comissão ao Ministro da Educação e Ciência.

Na sequência das questões e observações feitas, os representantes do Sindicato manifestaram satisfação em relação às posições dos Grupos Parlamentares, à apresentação dos Projetos de Resolução e ao pedido de esclarecimentos a dirigir ao Governo.

Informaram que tinham pedido ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos a posição sobre a eventual prorrogação do regime transitório e o mesmo tinha respondido que não se opunha.

Reiteraram que a proposta do Sindicato de vinculação dos docentes não tinha impacto financeiro, porque os mesmos mantinham as categorias. Referiram que o Sindicato era favorável a medidas que permitissem a circulação dos docentes entre instituições, com o acordo destes, salvaguardando o seu vínculo e as condições de trabalho.

Salientaram que o financiamento das instituições tinha tido um corte de cerca de 35% nos últimos anos e referiram que o ensino superior e a ciência eram prioritários para o país.

Reiteraram a indicação de que a diretiva não era incompatível com a autonomia das instituições e informaram que a Estónia tinha sido condenada pelo não cumprimento da mesma.

A documentação remetida pelo Sindicato, com as suas propostas e a gravação da audição estão disponíveis na [página da Comissão](#).



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

4. **Petição n.º 517/XII/4ª da iniciativa de Arnaldo Vitor Castro Beleza Reis** que Solicita medidas de proteção para os cidadãos que visitam monumentos como muralhas de castelos ou fortes de Portugal.

Apreciada a nota de admissibilidade, a Petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV. Cabe ao PS a indicação do relator.

5. **Petição n.º 521/XII/4ª da iniciativa do Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades – SPLIU** que Solicitam a criação de um regime especial de aposentação para os educadores de infância e professores dos Ensinos Básico e Secundário.

A Petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV. Cabe ao PSD a indicação do relator.

6. **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP** para audição do Secretário de Estado da Cultura, com o sentido de obter esclarecimentos sobre o processo relativo ao concurso de apoio direto às artes, anual e bienal, de 2015.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o requerimento.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS), que manifestou a sua concordância quanto à necessidade de realização de uma audição dedicada exclusivamente a esta matéria, por entender que o Sr. Secretário de Estado deve prestar esclarecimentos sobre os atrasos registados no concurso e sobre as orientações políticas que transmitiu à Direção-Geral das Artes, nomeadamente no que se refere aos critérios para a atribuição dos apoios.

O Sr. Deputado José Soeiro (BE) manifestou o apoio ao requerimento do PCP, por considerar que a insuficiência de políticas de apoio à criação e a excecionalidade, no que se refere à supressão de audiência prévia, justificam uma audição urgente, especificamente sobre esta temática.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) referiu que esta matéria foi objeto de apreciação na última audição do Secretário de Estado da Cultura, tendo este reconhecido o atraso no processo de abertura do concurso. Referindo que o atraso não foi muito além do previsto e que os candidatos não estão impedidos de apresentar recurso, lembrou que a próxima audição com aquele membro do Governo se encontra agendada para 23 de junho, pelo que, nessa ocasião, terão oportunidade de obter todos os esclarecimentos.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) disse subscrever a intervenção da Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD), nada tendo a acrescentar.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que o impacto de 15 dias para as estruturas de criação artística é significativo e disse lamentar que PSD e CDS-PP assumam uma posição diferente daquela que adotavam quando estavam na oposição.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Submetido a votação, o requerimento do PCP foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP, tendo obtido os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

O Sr. Deputado José Soeiro (BE) procedeu à entrega de um requerimento para a audição da Diretora-Geral das Artes, sobre a dispensa de audição dos interessados no concurso a Apoio Direto Anual e Bienal 2015/2016, que será apreciado na próxima reunião da Comissão.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) apresentou um requerimento oral, propondo uma ronda específica reservada a este tema, na audição do Secretário de Estado da Cultura, agendada para o dia 23 de junho.

Submetido a votação, o requerimento do PS foi rejeitado, com os votos contra do PSD e CDS-PP, tendo obtido os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. [Projeto de Resolução n.º 1431/XII/4ª, BE](#), Recuperação urgente da Mata do Buçaco e a sua valorização para o reconhecimento enquanto Património Mundial da Humanidade

Os Projetos de Resolução n.ºs 1431/XII, 1486/XII e 1510/XII foram discutidos conjuntamente. Procederam à apresentação dos respetivos Projetos de Resolução os Srs. Deputados Pedro Filipe Soares (BE), António Cardoso (PS) Bruno Coimbra (PSD) e Michael Seufert (CDS-PP), tendo ainda intervindo a Sra. Deputada Rita Rato (PCP).

A informação correspondente e a gravação da discussão estão disponíveis na página dos Projetos de Resolução.

8. [Projeto de Resolução n.º 1486/XII/4ª, PS](#), Recomenda ao Governo a intervenção urgente na recuperação e valorização da Mata do Buçaco e seu património arquitetónico, tendo em vista o seu reconhecimento como património mundial da humanidade

Os Projetos de Resolução n.ºs 1431/XII, 1486/XII e 1510/XII foram discutidos conjuntamente. Procederam à apresentação dos respetivos Projetos de Resolução os Srs. Deputados Pedro Filipe Soares (BE), António Cardoso (PS) Bruno Coimbra (PSD) e Michael Seufert (CDS-PP), tendo ainda intervindo a Sra. Deputada Rita Rato (PCP).

A informação correspondente e a gravação da discussão estão disponíveis na página dos Projetos de Resolução.

9. [Projeto de Resolução n.º 1510/XII/4ª, PSD e CDS-PP](#), Recomenda ao Governo a intensificação e prossecução da recuperação e valorização da Mata Nacional do Buçaco e do seu património, com vista ao seu futuro reconhecimento como Património Mundial da UNESCO

Os Projetos de Resolução n.ºs 1431/XII, 1486/XII e 1510/XII foram discutidos conjuntamente. Procederam à apresentação dos respetivos Projetos de Resolução os Srs. Deputados Pedro Filipe Soares (BE), António Cardoso (PS) Bruno Coimbra (PSD) e Michael Seufert (CDS-PP), tendo ainda intervindo a Sra. Deputada Rita Rato (PCP).

A informação correspondente e a gravação da discussão estão disponíveis na página dos Projetos de Resolução.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

10. [Projeto de Resolução n.º 1480/XII, PS](#), Recomenda ao Governo a implementação de uma estratégia de reforço da promoção de hábitos culturais entre os jovens

O Projeto de Resolução foi apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS), tendo intervindo no debate que se seguiu os Srs. Deputados Isilda Aguincha (PSD), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e José Soeiro (BE) e, novamente, o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

A informação correspondente e a gravação da discussão estão disponíveis na página do Projeto de Resolução.

11. [Projeto de Resolução n.º 1485/XII, PCP](#), Propõe o prolongamento do regime transitório para a conclusão da obtenção do grau de doutor e contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público.

Adiado.

12. [Projeto de Resolução n.º 1507/XII, BE](#), Recusa a concessão das Pousadas da Juventude

Adiado.

13. [Projeto de Resolução n.º 1509/XII, PCP](#), Recomenda ao Governo que assegure a gestão pública das Pousadas da Juventude

Adiado.

14. [Projeto de Resolução n.º 1453/XII/4ª](#) – “Institui o Dia Nacional da Gastronomia”

Adiado.

15. **Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

16. **Data da próxima reunião**

16 de junho de 2015

A reunião foi encerrada às 17:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de junho de 2015

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Amadeu Soares Albergaria
Duarte Marques
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
João Prata
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
António Cardoso
Bruno Coimbra
Jacinto Serrão
José Moura Soeiro
Laurentino Dias
Maria Gabriela Canavilhas
Maurício Marques

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Carlos Enes
Elza Pais
Luís Fazenda
Margarida Almeida

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nilza de Sena